

Análise qualitativa de conteúdo do guia de gestão da coleção para bibliotecas públicas

Qualitative content analysis of the guide to collection management for public libraries

Gabriela Xavier da Silva

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
gabriela16xavier@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar se o *Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas*, desenvolvido pela Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), em Portugal, tem os elementos que devem constituir uma política de gestão/desenvolvimento de coleções. Buscou-se com revisão literária definir e diferenciar política de desenvolvimento e de gestão de coleção e apresentar os elementos de uma política. Para a análise qualitativa de conteúdo utilizou-se como modelo teórico os conteúdos de uma política definido pela IFLA. Nos resultados verificou-se que a maioria dos elementos utilizados como parâmetros não foram encontrados no documento, contudo o guia possui conteúdos não previstos no modelo utilizado como base. Conclui-se que a imprecisão do modelo teórico selecionado teve consequência sobre os resultados alcançados e que o guia pode ser utilizado como um instrumento para formação de coleções, bem como diretrizes para a elaboração de uma política de desenvolvimento/gestão de coleções.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleção. Política de gestão de coleção. Política de desenvolvimento de coleção. Bibliotecas Públicas.

Abstract

The objective of this work is to verify if the Guide to Collection Management for Public Libraries, developed by the Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), in Portugal, has the elements that should constitute a collection management / development policy. With the literature review, sought to define and differentiate collection development and management policies and present the elements that can integrate a policy. For a qualitative analysis of the content was used as theoretical model the content of policy defined by the IFLA. In the results it was found that most of the elements used as parameters were not found in the document, however, the guide contains contents not provided for in the model used as the basis. It is concluded that inaccuracy of the selected theoretical model had an effect on the results achieved and that the guide can be used as an instrument for forming collections, as well as guidelines for the development of a collection development / management policy.

Keywords: Collection development. Collection management policies. Collection development policies. Public Libraries.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo aferir se o “Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas (GGCBP)” desenvolvido pela Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), em Portugal, contém os elementos que devem constituir uma política de gestão/desenvolvimento de coleções. A política de desenvolvimento de coleções como um documento de gestão é um importante instrumento para as bibliotecas. Tem a função de direcionar o desenvolvimento e/ou criação das coleções por meio de critérios e parâmetros para direcionar as decisões da biblioteca conforme a instituição na qual está inserida e a comunidade a que serve. No contexto de uma rede de bibliotecas, um guia para o desenvolvimento de coleções servirá como uma ferramenta orientadora para estabelecer estratégias e alcançar objetivos comuns no âmbito das coleções.

Como metodologia, realizou-se uma revisão de literatura e a análise qualitativa de conteúdo. Fundamentando na literatura, buscou definir-se e diferenciar-se política de gestão de coleção e política de desenvolvimento de coleção, relacionar a política de gestão/desenvolvimento de coleções com a biblioteca pública e apresentar os elementos de uma política.

Para verificar se o “Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas” possui os elementos de uma política de gestão/desenvolvimento de coleções recorreu-se à análise de conteúdo. Por meio da análise de conteúdo, comparou-se o conteúdo estruturado no GGCBP correspondente ao conteúdo indicado na literatura para este tipo de instrumento. Como modelo teórico, utilizou-se a seção 4.2.1 conteúdo da política abordado na publicação ‘Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca’ (IFLA, 2013).

Na sequência apresenta-se os resultados encontrados para cada um dos elementos e itens avaliados, analisando os dados obtidos em comparação com os delineamentos teóricos discutidos na literatura. Obtendo um resultado negativo a maior parte dos conteúdos aferidos, contudo, constata-se que o guia aborda outros conteúdos não previstos no modelo utilizado como base.

Por fim, apresenta-se as considerações finais em que se levanta os resultados encontrados na literatura quanto a imprecisão da terminologia, a falta de estudo das políticas no contexto das bibliotecas públicas e a não identificação na literatura de modelo teórico padrão para a elaboração de políticas.

2. Revisão da literatura

O âmbito deste trabalho é a política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, assim começamos por definir o que é uma política. Conforme Prentice (2011, p. 30), política é um documento que descreve a maneira que o contrato social entre a biblioteca e o público será realizado. Desta forma, as políticas funcionam como guias de ação, refletem um objetivo e orientam as pessoas em direção a esse propósito em situações que requeiram deliberação, diminuindo a liberdade das pessoas, pois definem limites dentro dos quais as decisões podem ser tomadas (Chiavenato, 2014, p. 202). Ressalta-se, conforme Usherwood (1999, p. 47), que as bibliotecas públicas sofrem a influência direta das decisões políticas, sendo que a administração cria a estrutura na qual estas bibliotecas operam.

A terminologia, no que se refere ao desenvolvimento ou gestão das coleções, é ambígua. Johnson (2009, p. 72) afirma que pode ser designada como política de seleção, declaração da coleção ou plano de desenvolvimento. Ao abordar o assunto, Santos (2011, p. 8) refere que os termos gestão e desenvolvimento são utilizados como sinónimos e de forma simultânea. Contudo, Díaz Jatuf (2011), em seu trabalho busca diferenciar a os termos desenvolvimento e gestão de coleções, e afirma que a ação e o efeito de desenvolver a coleção é um processo contínuo das atividades, onde se identifica cada item do processo até a avaliação da coleção, com o objetivo de atender a instituição a que está vinculada e as necessidades de informação da comunidade. Quanto à terminologia gestão da coleção, o autor diz que se constitui como um processo estratégico do desenvolvimento de coleção.

A política de desenvolvimento de coleções, segundo Weitzel (2013), está relacionada com o processo de desenvolvimento de coleção e abarca a política de seleção, aquisição, avaliação e descarte, constituindo-se como o instrumento que viabiliza um olhar estratégico sobre a coleção, os serviços e os usuários de uma biblioteca. O documento elaborado precisa ser sólido, para que se possa evitar preconceitos e ajude a cumprir os objetivos, delineando o escopo da coleção, auxiliie na seleção e nos momentos de redução do orçamento, e dê credibilidade a decisão sobre a priorizar alguns materiais em detrimento de outros (Clark & MacCreagh, 2006, p. 130; Figueiredo & Proença, 2007, p. [4]).

A política de gestão de coleções é um documento que norteia o desenvolvimento de coleções, define os critérios a serem utilizados, auxilia a tomada de decisão. Não devendo a política ser inutilizada por ser elaborada com diretrizes gerais, idealistas, teóricas ou detalhadas ou ponderadas em demasiado. É um documento dinâmico, que deve ser preparado, revisado e atualizado de maneira contínua. Pois, a comunidade, os recursos financeiros disponíveis e os recursos informacionais estão sempre mudando (Johnson, 2009, p. 73).

Considerando, na perspectiva das bibliotecas públicas, a política de gestão de coleções como um documento de natureza abrangente, seu objetivo é “garantir uma abordagem consistente à manutenção, e desenvolvimento das coleções na biblioteca e ao acesso aos recursos”. A política além de representar a coleção da biblioteca, deve basear-se em normas estabelecidas por profissionais e incluir estratégias para dar acesso a recursos externos e a informações disponíveis em todo o mundo, atender a população local, refletir a diversidade da sociedade e ser desenvolvida de modo contínuo (IFLA, 2013, p. 57).

Poucos são os autores que tratam do desenvolvimento/gestão de coleções e das singularidades de uma política para as bibliotecas públicas. Vergueiro (1993, p. 18), Johnson (2009, p. 73) e Kelly (2015, p. 45) dizem que as pesquisas relacionadas com este tema são mais desenvolvidas pelos investigadores no contexto das bibliotecas universitárias e especializadas, não sendo a temática muito abordada nas bibliotecas públicas e escolares.

Ao tratar da elaboração de política de desenvolvimento, alguns autores abordam as especificidades relacionadas com as bibliotecas públicas. Para Vergueiro (1989, p. 20; 1993, p. 18), devido à diversidade e ao dinamismo da comunidade as bibliotecas públicas, devem focar-se em descrever o perfil da comunidade, nos processos de avaliação e desbaste e quanto a seleção afirma que o processo deve enfatizar “elementos individuais de cada título” (W. de C. S. Vergueiro, 1987, p. 198). Na visão de Weitzel (2013, p. 25), as bibliotecas públicas devem “desenvolver coleções orientadas para as questões da atualidade. Logo, monitorar as características do seu público-alvo, por meio do estudo da

comunidade, é vital para que a biblioteca pública cumpra sua missão”. Evans & Saponaro (2005, p. 52) corroboram ao dar destaque à importância da participação da comunidade na elaboração e aprovação da política de uma biblioteca pública.

Figueiredo & Proença (2007, p. [3]), ao abordarem a política de desenvolvimento das coleções no contexto da biblioteca pública inserida na sociedade do conhecimento, afirmam que a política é mais do que um instrumento para seleção e que as bibliotecas passam a ter a função primordial de selecionar, manter e dar acesso aos recursos informacionais. Para isso, a política precisa de garantir a existência de coleções dinâmicas e imediatamente acessíveis ao público.

No que se refere conteúdo e estrutura da política, Kelly (2015, p. 46) constata que houve poucas tentativas para entender as propriedades estruturais das políticas e como elas influenciam a prática do desenvolvimento de coleções. Mas é consenso que existem elementos comuns aos tipos de bibliotecas, muito embora a profundidade com que cada um deles é desenvolvido possa variar conforme melhor atender às próprias prioridades e questões (Hoffmann & Wood, 2005, p. 78; W. de C. S. Vergueiro, 1987, p. 198).

Na literatura, localizam-se elementos que podem ser abordados no conteúdo da política e alguns itens que devem constituí-la. A IFLA (2001) publicou diretrizes para o desenvolvimento de coleções em que utilizou como base o modelo *Conspectus*, inicialmente elaborado como instrumento para auxiliar a formação de coleções de modo cooperativo, pela *Research Library Group* na década de 1980, o instrumento foi expandido e passa a atender as demandas das bibliotecas em tarefas de circulação, administração e passou a servir como instrumento para estruturar políticas de desenvolvimento de coleções (Caribé, 2014). O documento elaborado pela IFLA aborda brevemente o objetivo da política, bem como suas etapas e oferece indicadores para avaliar a profundidade da coleção quanto às áreas do conhecimento e idiomas abrangidos. Outro documento elaborado pela IFLA (2013, p. 56) são as ‘Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública’, que aborda o desenvolvimento de coleções. Neste documento estabelece-se que o conteúdo das políticas de gestão de coleções pode conter três tipos de elementos: os universais, que são aplicáveis e relevantes para todas as bibliotecas; os gerais, que têm relevância para um determinado país ou região; e os específicos, que se aplicam apenas a serviços concretos.

Para elaborar uma boa política, Hoffmann e Wood (2005, p. 3) reuniram elementos, que consideram essências para compor o documento, sendo eles: o propósito, a atual situação da coleção, a responsabilidade pelo desenvolvimento da coleção, a missão, metas e objetivos, o público-alvo, o orçamento e o financiamento, os critérios de avaliação, a declaração de formatos, as publicações governamentais, o tratamento de grupos de recursos específicos, as coleções especiais, os recursos compartilhados, a declaração de serviços, os instrumentos para auxiliar a seleção, os direitos autorais, a liberdade intelectual, as aquisições, as doações e as permutas, a manutenção das coleções, o desbaste, a avaliação da coleção, a revisão da política, a definição de termos e o glossário, a bibliografia e os apêndices. Mesmo que alguns ou todos itens citados sejam encontrados em uma política, “desenvolver e manter uma política com tantas seções pode ser assustador”. Como consequência, pode resultar na ausência de uma política, na falha em usá-la ou revisá-la (Johnson, 2009, p. 78 tradução nossa).

Seguindo a mesma linha, Evans e Saponaro (2005) afirmam que uma política completa é executada em muitas páginas, sendo estas mais do que as pessoas desejam ler. Assim, sugerem que a política seja focada em três elementos principais. O primeiro é uma visão geral dos objetivos gerais da instituição mantenedora em relação à biblioteca, seguido pelos detalhes de áreas de assunto e os formatos da coleção e, por fim, as questões diversas. Dentro de cada um destes três pontos, os autores destacam os detalhes referentes a cada um, como missão e objetivos, política de seleção, aquisição, doação, descarte, entre outros.

De uma maneira concisa, Vickery (2004, p. 337) declara que a maior parte das políticas de desenvolvimento de coleções engloba uma descrição das necessidades do usuário, uma visão geral do que é coletado para atender a essas necessidades e um detalhamento por assunto do material regularmente incluído à coleção.

3. Metodologia

Realizou-se uma revisão de literatura, que tem por objetivo situar o trabalho em relação aos conceitos reconhecidos no âmbito de políticas de desenvolvimento de coleções. Partindo-se da premissa de Campenhoudt, et al (2019, p. 66) que todo trabalho se insere em um *continuum* e pode ser influenciado por pensamentos que o precedem. Desta forma, buscou-se com a fundamentação teórica definir e diferenciar política de gestão de coleção e política de desenvolvimento de coleção, relacionar a política de gestão/desenvolvimento de coleções com as bibliotecas públicas e apresentar os elementos que compõem uma política.

A pesquisa constitui-se de análise de conteúdo que implica na “aplicação de procedimentos técnicos relativamente precisos”, pois apenas o uso de “métodos já construídos e estáveis permite efectivamente que o investigador elaborar uma interpretação que não tome como indicadores seus próprios valores e sua subjectividade” (Campenhoudt, et al., 2019, p. 323).

Quanto à análise qualitativa de conteúdo, Laville e Dione (1999, p. 227) afirmam que não há uma regra formalmente definida, “o que não significa que o procedimento seja aleatório e subjetivo”. Posto que a significação do conteúdo situa-se na especificidade de cada um de seus elementos, é preciso assegurar que a análise qualitativa do conteúdo seja estruturada, rigorosa e sistemática. Sendo a objetividade alcançada pela transparência dos procedimentos, serão explícitas, explicadas e justificadas as etapas transpostas e as decisões tomadas (Laville & Dionne, 1999, p. 227).

Na literatura analisada, não se identificou um único modelo teórico que seja aplicado como parâmetros para investigar os elementos que constituem uma política de gestão de coleções. Deste modo, para aferir se o “Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas”, da RNB (Portugal), contém os elementos que devem estar presentes em uma política de gestão de coleções, utilizam-se os critérios propostos pela *International Federation of Library Associations and Institutions* - IFLA (2013), na seção 4.2.1 conteúdo da política inserida no capítulo quatro desenvolvimento de coleções.

Selecionou-se a seção sobre o conteúdo da política de coleção em razão de este estar em um documento significativo voltado para o contexto das bibliotecas públicas, que aborda a política de gestão de coleções em uma perspectiva abrangente e engloba, inclusive, o desenvolvimento de coleção e seus processos. Na seção, é exposto que a política pode começar de um nível geral para um

específico, referindo-se às declarações de cunho universal, seguindo por documentos nacionais, regionais e/ou de regiões específicas, que sejam aplicáveis e relevantes as bibliotecas (IFLA, 2013, p. 57).

Para a análise do Guia considerou-se os três elementos indicados na seção: os elementos universais, gerais e específicos. Nos universais, averiguou-se se há utilização de alguma das seis declarações universais indicadas ou de outras aplicáveis as bibliotecas. Nos gerais e específicos, verificou-se apenas os itens indicados para cada elemento, respectivamente cinco e dezassete itens listados. Optou-se por utilizar apenas os elementos e itens descritos, mesmo havendo no fim da seção indicação de que a listagem não é exaustiva e outros elementos podem ser incluídos.

Na verificação dos dados tabelou-se, em *Microsoft Excel*, os indicadores por cada tipo de elemento, seguido pelos critérios indicados pela IFLA para cada elemento. Para verificação se os critérios foram atendidos, para cada item listado fez-se a pergunta “O Guia de gestão de coleção atende ao critério?”. Para responder à questão parametrizou-se a possível resposta em sim, não ou parcial. Tendo em consideração a possibilidade de fazer observações na coluna seguinte.

4. Resultados e Discussão

O “Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas (GGCBP)” está disponível no *site* da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. É composto por uma introdução, seis capítulos - critérios para a constituição de coleções, avaliação da coleção, desbaste, eliminação, responsabilidade, gestão de ofertas, doações e legados - e quatro anexos: períodos de referência para eventual desatualização e decisão de eliminação de documentos, proposta de eliminação; minuta de normas de gestão de ofertas, doações e legado; e termo de doação (DGLAB, 2019).

Na análise dos direcionamentos colocados pela IFLA, verificou-se que dos seis elementos universais listados, nenhum deles foi citado ou anexado no Guia (Tabela I). Na introdução, é abordado que as ‘Diretrizes da IFLA sobre serviços da biblioteca pública’ foram utilizadas na elaboração do documento, sendo em nota de rodapé fornecido o link para acesso. Ressalta-se que o ‘Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas’ é um documento anexo ao documento acima citado. Contudo, este não foi considerado na avaliação, visto que não ocorre alusão ao documento em nenhuma parte do GGCBP.

Tabela 1- Elementos universais do Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas

Elementos universais		
Critério de avaliação	O Guia de gestão de coleção atende ao critério?	Observações
1 Artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Não	
2 Declaração da IFLA sobre a liberdade de acesso à informação	Não	
3 Declarações sobre liberdade intelectual e acesso gratuito às coleções da biblioteca	Não	

4	Liberdade de informação	Não	
5	Consideração da Convenção Universal sobre o Direito de Autor	Não	
6	Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas	Não	
7	Outros	Sim	Diretrizes da IFLA sobre serviços das bibliotecas públicas

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos elementos propostos pela IFLA para uma política de gestão de coleções

Os elementos universais colocados pela IFLA, itens 1 a 4, são considerados relevantes em uma política para orientar o desenvolvimento de determinada coleção de modo a atender e respeitar a diversidade da comunidade. Visto que os bibliotecários tendem a ficar menos à vontade quando precisam “tomar decisões de seleção que são inconsistentes com seus próprios interesses sociais, morais e políticos”. Deste modo, é necessário que documentos desta natureza direcione as decisões da biblioteca no sentido da liberdade intelectual e livre acesso à informação (Johnson, 2009, p. 129).

Quanto aos direitos do autor, na seção “1.5 Coleções digitais”, refere que consoante ao conhecimento da biblioteca sobre os direitos do autor, devem constar o conhecimento sobre as questões legais, que se aplicam aos recursos digitais, contudo sem especificar a legislação. Hoffmann & Wood (2005, p. 139) destacam que, apesar de as políticas normalmente não abordarem a temática, é importante que se faça menção ao compromisso da instituição em seguir as diretrizes legais quanto aos direitos autorais. No que se refere ao Manifesto IFLA/UNESCO, este é um documento universal fundamental, pois define as características das coleções e apresenta princípios aplicáveis à elaboração de uma política de gestão de coleção nas bibliotecas públicas (Figueiredo & Proença, 2007, p. [3]).

Dos cinco elementos gerais (Tabela 2) estabelecidos; o primeiro, se que refere ao objetivo da política e à sua relação com o plano estratégico do serviço de biblioteca, é atendido parcialmente, visto que o objetivo geral do Guia é estabelecido na introdução, mas não há indicação da relação com os serviços da biblioteca. Os outros quatro itens não são atendidos.

Tabela 2- Elementos gerais do Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas

Elementos gerais			
Critério de avaliação	O Guia de gestão de coleção atende ao critério?	Observações	
1	Objetivo da política de gestão da coleção e a sua relação com o plano estratégico do serviço de biblioteca	Parcial	Na introdução contém o objetivo da política
2	Objetivos de longo e curto prazo	Não	
3	Estratégias de acesso	Não	

4	História da coleção e/ou do serviço de biblioteca	Não	
5	Identificação de legislação relevante	Não	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos elementos propostos pela IFLA para uma política de gestão de coleções

Na política, é necessário definir de maneira clara e concisa a missão e os objetivos das bibliotecas em consonância com os da organização que a mantém, dando ao documento um contexto mais amplo (Evans & Saponaro, 2005, p. 54; Weitzel, 2013, p. 74). Pois, segundo Futas (1995, p. 9), é nestas afirmações que se baseia toda a fundamentação teórica do documento. No GGCBP, identifica-se como objetivo o seguinte trecho da introdução: “pretende-se com este Guia estabelecer diretrizes para a gestão das coleções nas suas diferentes fases, que orientem, facilitem e fundamentem as decisões a tomar e os procedimentos a adotar para uma gestão eficaz e de qualidade” (DGLAB, 2019, p. 3). Hoffmann & Wood (2005, p. 20) criticam o facto de muitas bibliotecas não utilizarem missão, objetivos e metas em conjunto, visto que são elementos que se inter-relacionam e são vitais para a o planejamento da coleção.

Observa-se na seção “4.2.1 conteúdo da política” que os itens são apenas listados. Assim, as ‘estratégias de acesso’ não indicam que tipo de acesso, se ao material impresso, digital ou a coleção. A IFLA define o acesso como:

Aplicável à entrega, instruções, métodos; com recursos eletrônicos, garantindo o software tecnológico adequado, hardware e conexões de internet, bem como o fornecimento de instruções para o utilizador sobre como utilizar de forma eficaz estes materiais, são uma parte fundamental no papel do acesso a recursos eletrônicos. Os e-recursos podem ocorrer numa variedade de formatos, como HTML ou documentos PDF, bem como através de vários meios de download ou empréstimo interbibliotecas. Os métodos de acesso variam desde conexões na biblioteca, servidores *proxy*, servidores de links e acesso virtual aos materiais. (IFLA, 2012, p. 21)

Para a avaliação deste item, optou-se por qualquer possibilidade de acesso que pudesse ser citada no Guia. Na seção “1.3 Critérios de seleção”, ao abordar a atualidade e conteúdo, entende-se que a biblioteca pode selecionar materiais digitais em novos formatos desde que o conteúdo seja relevante para a comunidade. A seção “1.5 Coleção digital”, ao tratar do acesso, informa que nem todos os usuários possui a tecnologia necessária para acessar os recursos digitais. Assim, com o colocado na seção 1.3, compreende-se que as bibliotecas podem selecionar itens digitais, mas não há especificações de como será dado acesso a estes materiais, inclusive, destaca-se, na “seção 1.1 aquisição”, a preferência pela aquisição de obras de referência e periódicos em formato on-line. Sendo o problema do acesso reconhecido na seção 1.5, contudo não se faz menção de como pode se contornar ou solucionar o problema. Desta forma, entendeu-se que o Guia não atende ao critério de ter estratégias para acesso, uma vez que possibilita que o material em tecnologia diversa seja adquirido, mas não garante que os usuários possam utilizá-los.

Compreende-se que o GGCBP, na condição de um guia, não explicita a história da coleção e/serviço de uma biblioteca específica. Porém, constata-se que seria pertinente conter orientações neste sentido para as bibliotecas da rede. Uma vez que é recomendado que as bibliotecas realizem um diagnóstico

do estado atual da coleção, em quantidade e conteúdo (W. Vergueiro, 1989, p. 26; Weitzel, 2013, p. 77).

Quanto à identificação da documentação relevante, o GGCBP menciona em sua introdução que recorreu a documentos de bibliotecas municipais e da rede intermunicipal. Entretanto, não identifica os documentos utilizados, mas cita em nota de rodapé as instituições e redes de proveniência dos documentos. Não deixando claro se os anexos supracitados correspondem à documentação recorrida. Em relação à documentação, Weitzel (2013, p. 74) menciona que “certamente já existe nas instituições documentos relevantes para as definições propostas”, sendo estes os primeiros documentos a serem anexados à política. Contudo, lembrando Usherwood (1999, p. 47), que afirma haver influência direta das ações e decisões do governo sobre os serviços da biblioteca pública, compreende-se que existam outros documentos de relevância para a política de gestão de coleções além dos produzidos pelas próprias bibliotecas ou pela rede.

Dos dezassete itens específicos apontados pela IFLA (Tabela 3), quatro critérios foram atendidos, dez não foram abordados no GGCBP e três atenderam ao critério proposto de modo parcial.

Tabela 3 - Elementos específicos do Guia de Gestão da Coleção para Bibliotecas Públicas

Elementos específicos		
Critério de avaliação	O Guia de gestão da coleção atende ao critério?	Observações
1 Análise das necessidades da comunidade	Não	Diz na introdução que levará em conta as necessidades e interesses de diferentes públicos
2 Prioridades do serviço de biblioteca	Não	
3 Parâmetros da coleção, incluindo Coleções especiais e coleções para satisfazer necessidades específicas, tais como materiais multiculturais, de literacia e recursos para portadores de deficiência	Sim	Fundo local Núcleos documentais especializados Núcleos documentais reservados
4 Princípios e métodos de seleção e eliminação	Sim	Fontes e critérios de seleção Desbaste e eliminação
5 Dotação orçamental	Não	
6 Responsabilidade, dentro da organização, pelo desenvolvimento da coleção, seleção e eliminação	Parcial	Apenas desbaste e eliminação
7 Acesso a recursos eletrónicos, incluindo acesso online a publicações periódicas, bases de dados e outras fontes de informação	Sim	

8	O papel da biblioteca enquanto portal eletrônico de acesso à informação	Não	
9	Linhas orientadoras para identificar e adicionar recursos gratuitos da Internet	Não	
10	Relações de cooperação com outras bibliotecas e organizações	Não	
11	Políticas de preservação e conservação	Parcial	Subseção da avaliação (substituição, encadernação e restauro)
12	Requisitos de auditoria: incorporação, registo de entrada, controlo, eliminação, venda ou abate	Parcial	Inventário e eliminação
13	Prestação de contas	Não	
14	Política de doações	Sim	
15	Procedimentos relativamente a reclamações e a pedidos de banimento de materiais	Não	
16	Plano de gestão de recursos que afira as necessidades presentes e futuras das coleções	Não	
17	Revisão e avaliação da política	Não	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos elementos propostos pela IFLA para uma política de gestão de coleções

O GGCBP refere-se a ter em consideração as necessidades e interesse dos diferentes públicos, porém não apresenta uma análise da comunidade e nem diretrizes para sua realização. Sendo o estudo da comunidade um dos pontos destacados por Vergueiro (1989, p. 20; 1993, p. 18), Weitzel (2013, p. 25), Evans & Saponaro (2005, p. 52) como importante para as bibliotecas públicas, vista a diversidade de usuários e a demanda recorrente de atualização das coleções. Neste sentido, a política pode incluir informações sobre a comunidade no qual a biblioteca está inserida e as situações especiais que a influenciam (Prentice, 2011, p. 30).

Não se localizou informação referente a quais serviços a biblioteca deve dar prioridade ou quais são as áreas ou tipos de materiais que seriam prioritários. Mas há orientação na seção '1.1 Aquisição' para "ser dada mais atenção à aquisição de recursos com grande índice de procura" (DGLAB, 2019, p. 4), seguida por uma lista de materiais, contudo sem indicar se esta é a ordem de preferência para aquisição. Kelly (Kelly, 2015, p. 53) atenta para o facto de que para formar uma coleção equilibrada é preciso estabelecer as áreas que irão crescer ou reduzir.

O GGCBP apresenta três tipos de coleções especiais: a do fundo local, os núcleos documentais especializados e os núcleos documentais reservados. Faz-se uma breve explicação sobre cada tipo de coleção, apresentando, no caso do fundo local instruções para constituir a coleção. Hoffmann e Wood

(Hoffmann & Wood, 2005, p. 94) destacam a importância da história local para a comunidade, sendo uma das funções essenciais da biblioteca pública “conservar os documentos relativos ao próprio território e documentar a vida da comunidade ao longo dos séculos (Barberi, 1967 apud Nunes, 2002, p. 3). Para os núcleos especializados, o GGCBP dá exemplos de coleções, que podem ser formadas. Para os núcleos de reservados, esclarece que a formação destes não é a missão de uma biblioteca pública, e identifica os processos relacionados com o trabalho a ser desenvolvido.

Há consenso que a seleção é o processo de escolha título a título dos materiais para aquisição da biblioteca e que a política de seleção serve como orientação para selecionar, avaliar e retirar material da coleção (Evans & Saponaro, 2005, p. 50; Vickery, 2004, p. 338; Weitzel, 2013, p. 36). O GGCBP aborda a questão da seleção em pormenores, descrevendo as fontes mais comuns para fazer a seleção dos materiais bibliográficos, para monografias, publicações periódicas, documentos sonoros, audiovisuais, multimídias e outros recursos, bom como, os critérios utilizados para seleção: adequação, atualidade, diversidade, pluralidade, qualidade, conteúdo, língua, formato, número de exemplares e/ou licenças e relação custo/benefício.

Em relação aos princípios e métodos adotados, o GGCBP, além de abordar o que é a eliminação e os critérios gerais para efetuá-la, traz instruções para realizar o desbaste da coleção. Os processos de desbastamento e descarte possibilitam que a coleção seja ajustada às necessidades da comunidade e da instituição ao qual a biblioteca está vinculada e os seus critérios devem estar em consonância com os critérios de seleção (Weitzel, 2013).

A descrição do orçamento em uma política, apesar de a alocação de fundos não ser algo novo nas bibliotecas, tem duas funções principais: a primeira é a prestação de contas e a segunda consiste na possibilidade de ser utilizada como subsídio para conseguir mais investimento (Futas, 1995, p. 199; Hoffmann & Wood, 2005, p. 37). Entretanto, não há especificações no GGCBP sobre qual a procedência da dotação orçamental, nem os lugares a que a biblioteca pode recorrer a financiamento ou como a política pode auxiliar a angariar fundos. Todavia, refere que a aquisição pode ser feita por compra direta e assinatura.

A seção 5 denomina-se “responsabilidade”, indicando como responsável pelo desbaste e a eliminação o gestor da coleção e estabelece suas competências. Contudo, não há indicação do responsável pelo desenvolvimento da coleção, aquisição e seleção. A política deve abortar também os responsáveis pelas demais tarefas, de forma clara. Ao trabalhar a elaboração de política para cada um dos processos de desenvolvimento de coleções, Weitzel (2013) levanta sempre a questão de que é o responsável pelo processo, se será um bibliotecário ou uma comissão. Ressalta que o GGCBP não faz a designação de que a gestão das coleções deve ser responsabilidade de uma comissão e/ou de um profissional bibliotecário.

O acesso a recursos eletrónicos é constatado por meio do processo de aquisição que indica como possíveis recursos a serem adquiridos: assinaturas eletrónicas de periódicos, bases de dados e outros serviços *on-line* e programas informáticos. Entretanto, recorda que não há no GGCBP especificações de como dar acesso às informações contidas nestes formatos. Ainda no contexto dos recursos eletrónicos, não se identificou no documento nenhuma menção ao papel da biblioteca enquanto portal eletrónico de acesso à informação ou de linhas orientadoras para identificar e adicionar recursos gratuitos da Internet. Ressalta que a IFLA (2015, p. [3]) entende as bibliotecas não apenas como lugares

de acesso aos materiais em si, mas, como “instituições fundamentais na era digital”, que oferecem infraestruturas tecnológicas e que ajudam as pessoas a “desenvolver a capacidade de usar a informação de forma eficaz e preservá-la para garantir o acesso permanente às futuras gerações”, proporcionando, assim, “uma rede confiável de instituições locais que podem chegar a todos os setores da população”.

Futas (1995, p. 12) chama a atenção para a importância da política tratar das questões relacionadas com os consórcios e as cooperações entre as bibliotecas, uma vez que estes acordos afetam o uso e a formação da coleção. No GGCBP, não há orientações sobre como proceder com as relações de cooperação. Contudo, ao referir-se a relação custo/benefício, recomenda que as aquisições sejam realizadas sempre que possível em grupo, pela rede e/ou várias bibliotecas, sem dar diretrizes para esses acordos.

O GGCBP não apresenta uma política específica para conservação e restauro dos materiais. Como subseção da avaliação, a seção “2.1 Substituição, encadernação e restauro”, direciona de modo sucinto quando deve ser adotada alguma destas medidas em decorrência da avaliação. É óbvia a relação entre a preservação e a conservação com os processos de avaliação, desbaste e descarte. No entanto, é necessário que a política estabeleça as diretrizes de preservação e conservação, tanto em questões de responsabilidade, periodicidade de ações de preventivas, como incluindo informações quanto às condições ambientais ideais para cada tipo de suporte (Maciel & Mendonça, 2006, p. 18; W. Vergueiro, 1989, p. 79).

Relativo aos requisitos de auditoria, localizou-se o inventário, com previsão de ocorrer anualmente, e o processo de eliminação, que conforme consta na seção de responsabilidade deve ser monitorado para fornecer uma lista dos materiais eliminados, a quantidade, tipo e suporte, e dar subsídio para dados estatísticos como a taxa de eliminação e renovação. A IFLA (2013, p. 81) aponta que “uma avaliação externa e auditoria é também importante, para garantir a prestação de contas à comunidade servida e aos financiadores”, sendo a prestação de contas outro item não abordado pelo documento.

Quanto às doações, Evans & Saponaro (2005, p. 61) alertam para não adicionar à coleção material que a biblioteca não compraria, pois os custos para processamento são os mesmos. A seção “6. Gestão de ofertas, doações e legados”, define os termos, esclarece o processo, define critérios para aceitação de material, acrescentando o que não deve ser aceite e dá à biblioteca a possibilidade de recusa de material. Constitui uma política de doação, no sentido que orienta sobre os materiais que a biblioteca aceita, os que aceita com a possibilidade de não incluí-los, determinando que não serão formadas coleções especiais e tem a doação formalizada por meio do termo de doação (DGLAB, 2019; Evans & Saponaro, 2005, p. 62). Contudo, critica-se o facto de o documento ser ambíguo quanto à dispensa ou não da formalização do processo em casos de recebimento de forma avulsa e esporádica, bem como o recebimento sem contato prévio.

Da mesma forma que os elementos universais sobre liberdade e acesso à informação não foram abordados, também não há orientações quanto a reclamações e a pedidos de banimento de materiais. Vale a pena lembrar que o manifesto da IFLA/UNESCO deixa claro que as coleções e serviços da biblioteca “não devem ser sujeitos a qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais (IFLA, 2013, p. 91). Neste sentido, Johnson (2009, p. 352 tradução nossa) argumenta que as bibliotecas podem adquirir materiais controversos no cumprimento de sua missão,

podendo estes não ser do gosto, interesse ou código de ética de todos. A biblioteca considera os materiais necessários à sua coleção e dá aos usuários liberdade para “escolher o que gostam da coleção, rejeitar o que não gostam, mas não restringir a liberdade dos outros de ler o que desejam”. Observa-se que o Guia esclarece que o desbaste e a eliminação não devem ser utilizados para censura.

No GGCBP, não há plano de gestão de recursos que afira as necessidades presentes e futuras das coleções, em conformidade com o facto de também não atender ao elemento geral de relacionar os objetivos com o plano estratégico de serviços da biblioteca. Por fim, não aborda a questão de revisão e avaliação da política, apenas a avaliação da coleção. Quanto a estes aspectos, Lancaster (1996, p. 51) defende que a avaliação da coleção envolve uma análise de uso do acervo, identificando os seus pontos fortes e fracos. Que acarretará “modificações na política de desenvolvimento de coleções, a fim de aumentar a relevância do acervo para as necessidades dos usuários”.

5. Considerações finais

Quanto à definição de política de desenvolvimento ou gestão de coleções, acredita-se ainda não haver uma definição clara sobre os termos. Verifica-se que há na literatura tentativas de delinear as diferenças entre os conceitos. Parecendo lógica a ideia de o termo gestão ser mais amplo do que o de desenvolvimento. Contudo, não é possível afirmar que seja uma na prática aplicada pelas bibliotecas.

Sobre as políticas de gestão/desenvolvimento de coleções para as bibliotecas públicas, percebe-se que, mesmo com direcionamentos para a elaboração do documento, o tema voltado para as bibliotecas públicas não é muito abordado na literatura. Sendo a preferência dos pesquisadores trabalhar a temática nas bibliotecas universitárias e especializadas. Mesmo assim, identificam-se algumas especificidades, que devem ser tratadas com mais atenção nas políticas das bibliotecas públicas, como a comunidade e a necessidade de atualização das coleções.

Os elementos que compõem uma política de desenvolvimento/gestão de coleção são abordados na literatura de maneira diversa. A política pode conter muitos ou poucos itens, ser mais ampla ou específica, geral ou detalhada. Havendo, porém, consenso que alguns elementos como missão, objetivos, coleção, estudo da comunidade, seleção, aquisição, avaliação, desbaste/descarte de preferência devem ser incluídos no documento. Contudo, uma boa política não tem de ser necessariamente extensa e detalhada, devendo apenas dar diretrizes de modo que a biblioteca possa cumprir a sua função primordial de atender satisfatoriamente às demandas da comunidade.

Quanto ao modelo teórico utilizado para análise, verificou-se que os elementos utilizados seriam melhor empregues se acompanhados de uma descrição do que cada item avalia. Não é satisfatória apenas a indicação dos itens, visto que alguns termos são imprecisos sobre o que se está avaliando.

Sobre os resultados, em uma perspectiva quantitativa, seriam negativos, pois dez de dezassete elementos não têm os critérios atendidos e outros três não são abordados de modo amplo. Todavia, em face de uma análise qualitativa do conteúdo, verifica-se que a análise do GGCBP não pode ser realizada apenas levando em consideração se atende os critérios com ‘sim’, ‘não’ ou ‘parcialmente’, visto que o documento apresenta outros elementos e que estes não estão dispostos conforme o estabelecido pelos critérios utilizados. Podem encontrar-se alguns elementos dentro de outros e a

profundidade com que os elementos são abordados é diferente, o que faz que crer que poderia se ter adotado outra forma de aferição.

Nesta perspectiva, entende-se o *Guia de Gestão da Coleção para Biblioteca Públicas*, como um documento direcionador para que as bibliotecas públicas da rede possam utilizá-lo para desenvolver os seus próprios instrumentos. Acredita-se que possui alguns pontos negativos como não apresentar missão e objetivos claros, definir a comunidade ou a questão orçamental. Mesmo que não os delimitasse, seria interessante ter orientações neste sentido. Há também pontos bastante trabalhados como a questão das ofertas, doações e legados, enfatizando que o GGCBP deixa claro quais os tipos de materiais não que devem ser aceite por meio de oferta, doação e legados, bem como quais devem evita-se a aquisição.

Destaca-se que, apesar de o documento não abordar e nem direcionar para outros documentos, no site da DGLAB encontra-se uma vasta gama de declarações e diretrizes nacionais, europeias e internacionais aplicáveis às bibliotecas públicas, incluindo o Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas e outras diretrizes da IFLA. Estes ou alguns destes poderiam ter sido citados em lista anexa ou referenciados no Guia, bem como os documentos elaborados pelas bibliotecas municipais e intermunicipais, dando assim um dimensionamento mais amplo ao documento.

Por fim, este estudo não permite saber se as bibliotecas que compõem a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas estão utilizando o Guia. Se utilizam, como uma política para sua biblioteca ou como uma orientação para desenvolver suas próprias políticas de gestão de coleções. Mesmo assim, acredita-se que o GGCBP possui os elementos básicos necessários para orientar a formação de uma coleção. Entretanto, espera-se que as bibliotecas o utilizem como uma ferramenta orientadora para desenvolver as suas próprias políticas, em conformidade com a missão e os objetivos da rede, visto que, mesmo participando de uma rede, cada biblioteca tem as suas singularidades e estas devem ser atendidas com sua própria política.

Referências Bibliográficas

- CAMPENHOUDT, L. van, MARQUET, J., & QUIVY, R. (2019). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- CARIBÉ, R. de C. do V. (2014). Conspectus: Um método para o gerenciamento de coleções em bibliotecas. *DBCI Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* 1, 12(1), 39–60.
- CHIAVENATO, I. (2014). *Administração nos novos tempos: Os novos horizontes em administração* (3.ed.). Manole.
- CLARK, S., & MACCREAIGH, Erica. (2006). *Collection development*. In *Library services to the incarcerated: Applying the public library model in correctional facility libraries* (p. 123–152). Libraries Unlimited.
- DGLAB. (2019). *Guia de gestão de coleção para bibliotecas públicas*. DGLAB. <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Paginas/default.aspx>
- DÍAZ JATUF, J. (2011). ¿Desarrollar ó gestionar colecciones en bibliotecas?: Abordaje terminológico. *Encuentro de Bibliotecarios de la Provincia de Córdoba*, 5. 2011, Villa Carlos Paz, Argentina.
- EVANS, G. E., & SAPONARO, M. Z. (2005). *Collection development policies*. In *Developing library and information center collections* (p. 49–68). Libraries Unlimited.
- FIGUEIREDO, F. E., & PROENÇA, M. C. (2007). Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa: Considerações sobre a gestão de colecções. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 9. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/569>
- FUTAS, E. (1995). *Collection development policies and procedures (3rd ed.)*. Oryx Press.
- HOFFMANN, F. W., & WOOD, R. J. (2005). *Library collection development policies: Academic, public, and special libraries*. Scarecrow Press.
- IFLA. (2001). *Guidelines for a collection development policy using the conspectus model*. IFLA. <https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>
- IFLA. (2012). *Questões chave para o desenvolvimento de coleções de recursos eletrónicos: Um guia para bibliotecas*. <https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/electronic-resource-guide-pt.pdf>
- IFLA. (2013). *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública* (2.ed. rev.). DGLAB.
- IFLA. (2015). *Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas*. IFLA. <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>
- JOHNSON, P. (2009). *Fundamentals of collection development and management* (MCDI_Leitura pública; 2nd ed.). American Library Association.

- KELLY, M. (2015). Collection development policies in public libraries in Australia: A qualitative content analysis. *Public library quarterly*, 34(1), 44–62. <https://doi.org/10.1080/01616846.2015.1000783>
- LANCASTER, F. W. (1996). Avaliação do acervo: Análise de uso. In *Avaliação de serviços de bibliotecas* (p. 51–76). Briquet de Lemos.
- LAVILLE, C., & DIONNE, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Artmed. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870099/mod_resource/content/1/LAVILLE-DIONE_A-CONSTRUCAO-DO-SABER.pdf
- MACIEL, A. C., & MENDONÇA, M. A. R. (2006). Funções na fase de formação e desenvolvimento e organização de coleções. In *Bibliotecas como organizações* (p. 16–31). Interciência.
- NUNES, M. B. (2002). Para um acesso democrático às coleções de carácter local: O papel da biblioteca pública. *Cadernos de estudos municipais*, 17/18, 1–9.
- PRENTICE, A. E. (2011). *Public libraries in the 21st century*. Libraies Unlimited.
- SANTOS, L. F. R. dos. (2011). *Gestão de coleções nas bibliotecas públicas Portuguesas: Da teoria à prática. Sugestões para um guia de procedimentos* [Dissertação, Universidade da Beira Interior]. <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2029/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20Filipe%20Santos.pdf>
- USHERWOOD, B. (1999). A política e a biblioteca pública. In *A biblioteca pública como conhecimento público* (p. 47–59). Caminhos.
- VERGUEIRO, W. (1989). *Desenvolvimento de coleções*. Polis.
- VERGUEIRO, W. de C. S. (1987). Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. *Revista de biblioteconomia*, 15(2), 193–202.
- VERGUEIRO, W. de C. S. (1993). Desenvolvimento de coleções: Uma nova visão para o planeamento de recursos informacionais. *Ciência da informação*, 22(1), [13-21].
- VICKERY, J. (2004). Making a statement: Reviewing the case for written collection development policies. *Library management*, 25(8/9), 337–342. <https://doi.org/DOI.10.1108/01435120410562826>
- WEITZEL, S. da R. (2013). *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias* (2.ed.). Interciência.